

CADERNOS DE FUNDAMENTOS ARQUIVOS DO SAGRADO E DOS SEGREDOS¹

Ari Lima* Leandro Araujo*

RESUMO

Neste artigo propomos refletir sobre o significado dos "cadernos de fundamento" no contexto social, cultural e religioso da religião do candomblé baiano no Brasil, definido e autodefinido como eminentemente oral. Neste sentido, consideramos o candomblé um grande arquivo ao ar livre acessível, em muitos casos, em tantos outros, pouco acessível, visível, audível e até mesmo inacessível. Buscamos respostas para as seguintes perguntas: O que é o arquivo ou o que é arquivar do ponto de vista do candomblé? O que é um caderno de fundamento? Quem o escreve? Como se entrelaçam, no caso dos "cadernos de fundamento", saber e poder? O que encontramos em um "caderno de fundamento" é "o resto, a ruína" ou a continuidade da história de uma cultura? Como se produz ou se adquire um "caderno de fundamento"? Quais as forças que atravessam/atravancam os "cadernos de fundamento" enquanto arquivos? Quem ou o quê legitima os "cadernos de fundamento"? Os cadernos de fundamento são públicos ou particulares?

Palavras-chave: Cadernos. Fundamento. Arquivos. Candomblé.

ABSTRACT

In this article we propose to reflect on the meaning of the "foundation notebooks" in the social, cultural and religious context of the Bahian candomblé religion in Brazil, defined and self - defined as being predominantly oral. In this sense, we consider candomblé a large open-air archive accessible, in many cases, in so many others, not very accessible, visible, audible and even inaccessible. We are looking for answers to the following questions: What is the archive or what is archiving from the candomblé point of view? What is a foundation notebook? Who writes it? How do they interweave, in the case of "foundation notebooks", knowledge and power? What we find in a "foundation notebook" is "the rest, the ruin" or the continuity of a culture's history? How is a "foundation book" produced or acquired? What forces cross / clutter the "foundation notebooks" as files? Who or what legitimizes the "foundation notebooks"? Are the foundation books public or private?

Keywords: Notebooks. Foundation. Files. Candomblé.

_

¹ Este artigo é um desdobramento da pesquisa de Mestrado desenvolvida por Leandro Araújo e orientada por Ari Lima. O trabalho completo consta em ARAÚJO, Leandro Alves de. *Oralidade e escrita na diáspora religiosa afro-brasileira*. Travessias, rupturas e confluências. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Depto. De Educação, Campus II, UNEB, Alagoinhas.

^{*} Ari Lima é Dr. em Antropologia Social pela UnB. Professor Titular do DEDC/Campus II/UNEB e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da UNEB. Brasil. E-mail: arilima.2004@uol.com.br

[•] Leandro Araujo é Graduado em Letras e Mestre em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Brasil. E-mail: leandrorujo@hotmail.com



Em algumas conversas estabelecidas com o sacerdote Mutá Imê², ele nos fez uma revelação muito curiosa sobre o processo de transmissão de conhecimento e aprendizado no candomblé Angolão Paquetan. Mutá Imê nos contou que no passado teve uma "tia de santo e mãe criadeira³", profunda conhecedora dos fundamentos do candomblé angola e da condição humana. Era, segundo ele, daquelas que conheciam o caráter da pessoa pela pisada. Tinha muito interesse em ensinar, porém não ensinava a todos e tampouco ensinava em qualquer situação. Primeiro, o aprendiz tinha que se mostrar capaz de aprender, ou seja, de escutar e observar com interesse o que o mais velho tinha a dizer e o modo como ele dizia. Devia evitar referência a si mesmo enquanto escutava e questionamentos sobre o que era dito. Além disso, antecipadamente, o aprendiz tinha que se mostrar de caráter valoroso no respeito à hierarquia e aos princípios do segredo e do sagrado no candomblé. Ou seja, o aprendiz deveria evidenciar que faria bom uso daquilo que aprendia, preservando a tradição, a integridade moral e espiritual dos ancestrais e dos mais velhos, assim como a força do candomblé que se manifesta quando as palavras e as coisas são mencionadas no momento preciso e de acordo com um sistema de reciprocidade em que a ganância, a vaidade e o orgulho pessoal devem contar pouco. E, muito importante, o aprendiz tinha que se mostrar apto a guardar o que ouvia, via e percebia através da memória. "Ela começava a contar as coisas pra você, se você pegasse um caderno e caneta pra anotar, ela parava na mesma hora e nunca mais lhe contava nada. Na cabeça dela não podia escrever, porque o que se escrevia se perdia", disse-nos

Este relato nos conduz, de imediato, à questão da problemática da escrita e da trama entre o arquivar informações, o discurso, o poder e o conhecimento no mundo do candomblé (ver CASTILLO, 2008; SILVA, 1995; MARQUES, 2007). Além disso, nos sugere que, no mundo do

Mutá Imê.

² Mutá Imê é o líder, pai de santo e sacerdote supremo do terreiro de candomblé angola chamado Unzó Kwa Mutalombô ye Kayogo, localizado em Cajazeiras XI, Salvador, Bahia.

Todo aquele ou toda aquela que se inicia no candomblé passa a ser desde então conhecido como um "filho" ou uma "filha de santo" em virtude de um processo de renascimento espiritual promovido pelo ritual de iniciação. Normalmente, é designado a uma mulher, já devidamente iniciada, o papel de acompanhar o(a) filho(a) nos seus primeiros momentos no processo de iniciação quando ele morre e renasce simbolicamente e a sua energia particular e fundamental é trazida à vida. Esta mulher passa a ser conhecida como mãe criadeira. Do mesmo modo, uma "tia de santo" faz referência a uma mulher irmã da "mãe" ou do "pai de santo" responsável pela condução do renascimento espiritual de "um(a) filho(a) de santo".



candomblé, o aprendizado precisa ser vivenciado o mais integralmente possível, ou seja, não deve priorizar a prática individualizada e isolada da escrita. Deve envolver os sentidos, a atitude performática de quem fala, mas também de quem escuta (ZUMTHOR, 2014). Do mesmo modo, deve considerar o impacto do contexto social e hierárquico e da circunstância temporal e espacial sobre o que é dito, sobre quem fala e quem escuta. Todos estes aspectos podem ser acionados, mais tarde, pela memória quando o aprendiz necessitar aplicar ou repetir conhecimento e ações. Desta forma, acredita-se que a recuperação mais fiel possível do que se ouviu, se viu e se percebeu ocorrerá em atos contínuos, ramificados e comungados com outras pessoas e outros atos. A memória, neste caso, em vez de simplesmente produzir literatura ou história, como fez, por exemplo, Marcel Proust desde o primeiro volume da obra fundamental "Em busca do tempo perdido. No caminho de Swann", atualiza e reproduz a própria realidade no modo como ela é concebida e vivida no mundo tradicional do candomblé. A memória neste caso é "tradição viva" (BÂ, 1982).

Por outro lado, sabemos, e o próprio Mutá Imê mencionou em algumas ocasiões, que mesmo nos terreiros mais fiéis à tradição da oralidade é recorrente o uso do chamado "caderno de fundamento". No "caderno de fundamento", a ferramenta de inscrição da informação, do discurso, do poder e do conhecimento é o papel, a caneta e a palavra escrita. No caderno podem constar os mais variados e inusitados aspectos relativos à trajetória pessoal de um(a) "filho(a) de santo", datas de antigos eventos ou cerimônias importantes no terreiro, nomes de pessoas que formaram uma "nação⁴" de candomblé e seus desdobramentos em linhagens específicas, receitas de trabalhos, rezas ou cânticos.

_

⁴ Vivaldo da Costa Lima afirma que os terreiros de candomblé "mantêm apesar dos mútuos empréstimos ostensivos e das influências perceptíveis no ritual como na linguagem, os padrões mais característicos e distintivos de suas culturas formadoras, como uma espécie de arquétipo da perdida totalidade ontológica original. Esses padrões dominantes são como a linha mestra num processo multilinear de evolução, aceitando ou rejeitando inovações, mas retendo sempre a marca reveladora de sua origem, em meio à integração e à mudança. (...) A "nação", portanto, dos antigos africanos na Bahia foi aos poucos perdendo sua conotação política, para se transformar num conceito quase exclusivamente teológico. "Nação" passou a ser, desse modo, o padrão ideológico e ritual dos terreiros de candomblé da Bahia, estes, sim, fundados por africanos angolas, congos, jejes, nagôs, sacerdotes iniciados de seus antigos cultos, que souberam dar aos grupos que formaram a norma dos ritos e o corpo doutrinário que se vêm transmitindo através dos tempos e da mudança nos tempos" (LIMA, 1984, p.19-20).



Daí que o candomblé nos aparece como um território de equilíbrios de contrários na medida em que, por um lado, privilegia e faz a defesa categórica do uso da linguagem oral, mas não dispensa a linguagem escrita. Do mesmo modo, privilegia e se sustenta na proteção de segredos em relação ao sagrado e ao processo de constituição do sujeito iniciado, porém se reproduz na revelação daquilo que se refere ao sagrado e à constituição do sagrado no sujeito iniciado. É como se, ao acionar a memória, houvesse, entre os candomblecistas, uma dúvida sobre a necessidade de perenização e uso público da informação, do discurso, do poder e do conhecimento que emanam no mundo do candomblé, expressados e arquivados no que se diz, no que se performa, no que se ouve ou se escreve nos cadernos de fundamento. Deste modo, procede para este caso do candomblé, a compreensão da memória "[...] como um campo de lutas políticas, em que se confrontam diferentes relatos da história, visando ao controle do arquivo" assim como procede pensar o arquivo no candomblé "como uma atenta consideração das operações da memória e do esquecimento, de suas interconexões" (MARQUES, 2007, p. 13-14). Ou seja, é possível remeter ao candomblé uma

história mais atenta às relações entre discurso e poder que conhecimento e verdade; focada mais nas descontinuidades históricas, nos momentos de ruptura, que nas continuidades; à espreita dos mecanismos e procedimentos, os mais sutis, de seleção, normalização e disciplinamento dos saberes; ligada aos processos de exteriorização e impressão das formas e sujeitos. Uma história, enfim, ciente de que as origens estão rasuradas, perdidas, e que os acontecimentos somente nos são acessíveis pela mediação de documentos e monumentos, em seus usos pelo poder. Trata-se, pois, de uma história efetiva construída a partir de um olhar micrológico, dotada de um caráter mais fragmentário, sem ambições totalizantes, como forma de se contrapor a uma história abstrata e idealista, evolutiva e teleológica (MARQUES, 2007, p. 13-14; 18).

O nosso trânsito pelo mundo do candomblé constatou fortes evidências de que os tabus que envolvem a escrita – ao menos em sua forma nivelada com a oralidade, nos dias atuais – e o silêncio em torno dos cadernos de fundamento encontram raízes na ruptura com um passado suposto eminentemente oral. Uma vez que, como veremos mais adiante, tanto a aparição quanto o conteúdo do primeiro caderno de fundamento entrelaçam-se, respectivamente, com o segredo, com o caminho ou destino de cada iniciado. De fato, o uso da escrita no candomblé parece ter se alavancado bastante a partir dos anos 1960. Neste caso, contribuiu para tanto um significativo reavivamento das religiões afrodiaspóricas nas Américas, verificando-se grande expansão do candomblé que, da



Bahia, se alastrou por todo território brasileiro. Desde então, vários escritos versando sobre a natureza dos oráculos, bem como a transcrição de mitos coletados em solo africano, cubano e nacional foram editados e divulgados por pesquisadores e sacerdotes, ainda que de modo fragmentado e pouco sistematizado, como bem formulou Prandi:

Essas publicações, científicas ou religiosas, foram se tornando mais e mais procuradas, tanto pelos pesquisadores como pelos seguidores das religiões dos orixás, denominados entre nós de o povo de santo. A recente expansão do candomblé no Brasil envolveu forte adesão de segmentos sociais diferentes daqueles em que se originou a religião dos orixás, com inclusão de adeptos não necessariamente de origem negra e que são provenientes de camadas sociais com maior escolaridade e habituadas à ideia da informação pelo livro. Esse novo segmento, que em geral associa culturalmente religião com a palavra escrita, encontrou nos mitos explicações e sentidos para práticas e concepções do candomblé, descobrindo que o mito está impregnado nos objetos rituais, nas cantigas, nas cores e desenhos das roupas e colares, nos rituais secretos da iniciação, nas danças e na própria arquitetura dos templos e, marcadamente, nos arquétipos ou modelos de comportamento dos filhos de santo, que recordam no cotidiano as características e aventuras míticas do orixá do qual se crê descender o filho humano. Isso reforçou o crescimento e a diversificação de um mercado livresco sobre os orixás, de modo que a transmissão oral do conhecimento religioso, que caracteriza o candomblé, foi aos poucos incorporando o uso do texto escrito (PRANDI, 2001, p. 19).

A trama dos cadernos

O que seriam os cadernos de fundamento do ponto de vista do nosso contexto de observação, ou seja, do candomblé? Quem de fato os escreve? Quando, onde, o quê e por quê? A escolha dos cadernos enquanto recorte de observação e reflexão, a priori, surgiu como uma ideia óbvia – mas não menos arriscada - de comprovar a materialidade da escrita no candomblé. Porém, no decorrer do nosso trabalho de pesquisa, os cadernos de fundamento foram se apresentando, ao fim e ao cabo, verdadeiros elos condutores sobre os mais diferentes aspectos discursivos da estrutura dos terreiros.

De fácil percepção, podemos notar variadas inscrições no espaço dos terreiros: no nome da Casa (Unzó para os da nação Angola, Ilê para os da nação Ketu e Hunkpame para os da nação Jeje), geralmente na faixada externa do terreiro ou na parede sobre a porta de entrada; em espaços internos que servem para identificar e delimitar a posição do público (algumas casas dividem os visitantes, utilizando o critério de gênero, em duas alas) ou especificar o local hierárquico dos seus



membros, usando, para tal, placas ou inscrições em paredes; ou ainda em faixas que titulam os cargos dos novos iniciados (tomando como exemplo os cargos femininos mais conhecidos: makota – nação Angola, ajoié – nação Ketu, ekeji ou ekedi – nação Jeje e também Ketu. De qualquer modo, o termo ekedi se popularizou na maioria das casas de santo, independente da nação. Em qualquer sorte, é o caderno de fundamento o mais emblemático veículo para se discutir o lugar da escrita nos candomblé, quer seja pelo seu não-lugar, pelo seu caráter tácito, ou talvez, ainda, porque sobre eles atuem forças em prol do seu silenciamento.

Ao refletir sobre esta estrutura, tradicionalmente litúrgica, estética e histórica, parece ficar claro que a escrita sempre figurou no interior dos candomblés desde épocas remotas. A pesquisa de Castillo (2010) é, certamente, uma investigação fundamental sobre as imbricações entre a oralidade e a escrita. Em meio aos seus questionamentos, a autora, em alguma medida, corrobora a nossa reflexão acima, ao dizer que

Estudos sobre o candomblé, por sua vez, tendem a idealizar a tradição oral afrobrasileira considerando-a incompatível com qualquer uso da escrita no meio religioso (ELBEIN, 1984). Tais perspectivas teóricas impuseram limites interpretativos que dificultaram a minha compreensão do cotidiano dos terreiros, até que fui obrigada, finalmente, a descartálas. Afinal como compreender a oralidade dos terreiros como sendo inteiramente desvinculada da escrita se a escrita sempre se fazia sentir na sociedade baiana desde a época colonial, mesmo que seu domínio, no sentido convencional, fosse restrito às elites? (CASTILLO, 2010, p. 12).

Na mesma direção, Silva (1995, p. 247) afirmou que "Sistematizações (ou codificações escritas) existem e, pelas formas assumidas, denunciam transformações significativas no modo como a religião tem sido pensada e praticada, seja no interior dos terreiros, seja na confluência destes com o mundo que os envolve". Mas afinal, qual a estética ou como se apresentam do ponto de vista físico os cadernos de fundamento? Confirmamos que não existe um modelo físico, muito menos do conteúdo que versam tais cadernos. "Eu mesma confeccionei o meu caderninho. Prensei umas folhas de papel reciclado e costurei a lateral com couro", disse-nos Fabiana, iniciada há dois anos em um terreiro de Alagoinhas, cidade baiana localizada a 120 km da capital do Estado, Salvador. Os cadernos confeccionados por seus próprios autores iniciados podem ser de toda sorte de cores, formatos e tamanhos. Um ponto que vale a pena ressaltar é que não existe um tempo



estabelecido para que um iniciado tenha um caderno de fundamento. É possível que alguns já tenham mesmo antes de serem iniciados, uma vez que nesta fase já têm acesso bastante restrito, é verdade, à informação. Mas também há cadernos criados pelos próprios sacerdotes ou sacerdotisas – como uma espécie de módulo ou cartilha – para serem entregues aos seus filhos (as) iniciados (as). Esta modalidade de caderno, adotada por algumas casas mais novas e, talvez por isso, com maior flexibilidade com a escrita, dividem os cadernos em dois tipos básicos: caderno de iaô⁵, para aqueles(as) iniciados(as) com menos de sete anos e caderno de ebomi⁶, para aqueles (as) com mais de sete anos de iniciação cumpridas. Segundo relatos informais, as diferenças de um para o outro estão na quantidade de fundamentos. Nos cadernos de ebomi, por exemplo, encontram-se os fundamentos do jogo de búzios⁷.

O poder do segredo e o segredo do poder

Para além dos encontros corriqueiros, das conversas informais, do famigerado "xangô rezado baixo" sob a copa de árvores antigas - ou seja, da nossa vivência no candomblé -, em todos os terreiros que visitamos e nas entrevistas que realizamos, a palavra "fundamento" é uma expressão corriqueira que, volta e meia, aparece nos discursos do povo de santo. Ela pode ser empregada com rispidez, de forma jocosa ou delicada que se expressa na entonação da voz, no revolver das sobrancelhas, na linguagem precisa do corpo, ou seja, na performance. Tudo vai depender da legitimidade assegurada ao cargo hierárquico de quem a enuncia, do tempo que regula todas as coisas ou da familiaridade que os interlocutores tenham um em relação ao outro.

Quando da nossa decisão e, posteriormente, declaração em pesquisar os cadernos de fundamento, uma atmosfera de temor quase sempre se instalava entre os nossos mais próximos. Antes mesmo do esboçar das nossas intenções, se tornaram lugar comum as reações — em forma de críticas e/ou alertas - e prognósticos que caminhavam na direção do fracasso prematuro da pesquisa.

⁵ Na tradição do candomblé ketu, iaô, é como é chamado aquele(a) filho(a) de santo até que complete sete anos de iniciação.

Ebomi é como passa a se designar aquele(a) que já ultrapassou os sete anos de iniciação.

⁷ O jogo de búzios é um conjunto de conchas do mar abertas e fechadas, utilizadas como forma de comunicação oracular no candomblé. O oráculo fala, orienta e prescreve através dos búzios. Ebó é como se chama no candomblé objetos ou alimentos organizados e alocados em determinados espaços públicos com o fim de atender magicamente às demandas dos mortais.



E mesmo quando explicávamos que não era objetivo ou pretensão ver caderno de ninguém, muitos, ainda assim, eram contra.

Este pavor explícito nos inquietava, porém nos fazia ir além e buscar entender um pouco mais sobre este temor. Visitando os terreiros e observando – nunca perguntando diretamente –, percebemos que o receio em falar ou mostrar cadernos de fundamento era sinal de um paradigma maior: o tabu da escrita no coração dos terreiros. Neste contexto, nos deparamos com uma das maiores leis do candomblé, o segredo. Lugar do "olho viu, boca piu!"; onde a cultura da escrita não faz morada – ao menos em tese.

A conflagração do trânsito que vai da oralidade à escrita nos terreiros suscita algumas questões. Entre elas, a aprendizagem descontextualizada que o aporte escrito pode possibilitar. Veículos de comunicação, como as etnografias, e outros canais de análise, ou até mesmo descrição visual (fotografias e vídeos), ao que parece, são inadequados nesse processo do noviciado. Ainda assim, discursos escritos e fotográficos, vez ou outra, são "revelados" por algum "rebelde" ou dissidente interno do terreiro. Deste modo, se ultrapassa o limiar privado/tradicional e a circulação do material causador da ruptura é feita de maneira ainda mais secreta, ou melhor, sorrateira.

De acordo com Castillo (2010, p. 32), o segredo da religião pode ser lido em três vértices: a hierarquia formal e interna, o contexto social interno e a concorrência interna do poder. Ou seja, o candomblé é uma organização social concebida pela participação relativamente livre, contudo, segue uma estrutura hierárquica, com definições e responsabilidades obtidas através de um planejamento divino, mas também humano no que concerne à atribuição de autoridade e obediência. Logo, pode ser também pensado enquanto espaço político.

Se existem uma ordem e direção de um grupo de indivíduos, certamente haverá a possibilidade de ocorrerem, em graus variados de intensidade: conflitos de interesse, desejo de poder, submissão às regras e à autoridade, disputas e, em alguma medida, até resistência a essa autoridade, dissensões e autoritarismo. Observar o candomblé também como sistema político, pressupõe a tentativa de identificar essa possibilidade, demonstrar como esta acontece e descobrir suas razões, sem nunca perder de vista a existência dos orixás. Não se vai aqui negar o poder das divindades, pelo contrário, esse é um pressuposto ao qual não cabe o questionamento, mas pretende-se descer à esfera do poder dos agentes: pai ou mãe-de-santo, ogãs, iyarobás, ebômis, iaôs e abiãs (SIMÕES, 2006, 153).



No candomblé, o saber religioso abrange uma totalidade de sensores que somente quem o experimenta de modo integral - pois não pode ser dissociado de uma vivência -, pode apreendê-la. Observar é uma forma de aprender e guardar segredos, somente dessa forma o iniciado vai entender as reservas da religião. Do mesmo modo, na medida em que, dentro do sistema político do candomblé, os pais e mães de santo detêm maior parte do conhecimento religioso possuem maior poder e capital simbólico ou, ao contrário disso, detêm maior poder e capital simbólico porque detêm maior parte do conhecimento religioso (SIMÕES, 2006).

Entretanto, é preciso pontuar que o poder no universo do candomblé não está exclusivamente restrito ao domínio do conhecimento/fundamento, ampliando-se em outras nuances de relações estruturais e/ou dominantes. Na primeira metade do século XX, período de intensas invasões policiais aos terreiros (Ver LUHNING, 1995/1996), a figura masculina, predominantemente os chamados ogãs, tinha papel de grande importância e poder. Normalmente, eram ogãs que negociavam e faziam a mediação entre a liderança interna dos terreiros de candomblé e o poder público. Era comum que funcionários públicos, intelectuais e políticos integrassem esse corpo religioso, pois, devido à sua condição e status sociais, podiam proteger os terreiros. Neste sentido, é necessário ressaltar que a escolha de ogãs acontece por intervenção do orixá que rege o terreiro, quando o mesmo "suspende" (indica) um sujeito que mais tarde será "confirmado" (efetivado no cargo indicado) dentro do grupo social interno. Vale ressaltar que a "suspensão" e "confirmação" de ogãs ou, de um modo geral, a nomeação para cargos importantes costumam estar sujeitas à críticas internas no que diz respeito aos critérios de "escolha". Para muitos, há uma nítida interferência por parte da liderança do terreiro nessas escolhas que, muitas vezes, indicam pessoas de grande influência na sociedade.

Em todo caso, temos que o poder do segredo e o segredo do poder coexistem na esfera das ações e decisões e também do silêncio do candomblé. Isto se evidencia no cerrar dos lábios ou no cessar das vozes entre os sacerdotes quando o assunto é fundamentos de candomblé, principalmente quando um mais novo (encetado na religião) está por perto. "Manter o segredo preserva a identidade e privacidade da casa de santo", é a justificativa que alguns usam. Para outros, essa atitude ajuda a manter o respeito pela hierarquia no terreiro. Os mais liberais acreditam que alguns



zeladores usam esse tabu como um artifício para enraizar seu poder no terreiro, alegando que, assim, torna-se possível proteger a tradição. Mas que tradição? A africana que a maioria esmagadora conhece de ouvir falar – uma vez que um número muito pouco expressivo dos nossos entrevistados já esteve no continente africano ou conviveu com os africanos do passado? Ou a afro-brasileira, recriada a partir de aportes trazidos de África ou de um imaginário afro-diaspórico representado no modo de ocupação dos espaços, nos costumes, nas práticas que poucos dominam os sentidos?

Em todo caso, observamos que, para além do dilema em torno do resguardo dos segredos, a competição por prestígio e visibilidade entre casas de candomblé se tornou prática comum, ao menos, atualmente. Isso nos leva a crer que entre os principais fatores que alimentam o tabu da escrita nos terreiros e da consequente interdição da divulgação dos segredos que a mesma retém, ocorra também o medo de que tal material venha a ser exposto, que chegue a outras mãos, principalmente, nas de um "concorrente". Tal acontecimento poderia custar caro, como por exemplo, tornar o pai ou mãe de santo uma vítima de avacalhação e perda de prestígio.

Certa vez, ao visitarmos uma casa de santo, ouvimos— sem querer, querendo — o final de uma repreensão dada por certa mãe de santo a uma filha do terreiro: "a gente não dá asa quando fica calado". Manter o *status* de bom sacerdote parece ser imprescindível para manter a ordem e o respeito dentro e fora dos portões dos terreiros. Também não é tão incomum presenciar certas falas e posturas ásperas de determinados líderes e/ou lideranças para com os iniciados mais novos na presença de visitantes. Essa possível imagem, em sua maioria, tem por finalidade realçar o poder dos mais velhos (com seus títulos, cargos e liderados) diante dos visitantes e/ou dos pretendentes a pleitear iniciação nos referidos terreiros.

Analisemos também outro ponto que cabe na discussão relacionada à necessidade de manter a hierarquia no terreiro. Nem sempre o conhecimento é adquirido através do tempo e do merecimento. Não raro, encontramos zeladores (as) que guardam o segredo só para si, seja porque não confiam na fidelidade de seus filhos, seja porque por desencanto desistem de dar continuidade à rede de transmissão de saberes ou ainda porque não estão certos da veracidade dos fundamentos que eles próprios pregam em suas respectivas casas. Neste contexto, vale ressaltar ainda a questão da necessidade de dependência com que o sacerdote, eventualmente, condiciona seus iniciados,



fazendo com que eles fiquem por muito tempo presos à "barra da sua saia", procurando-os por qualquer motivo em seus reinos particulares.

Entre fatos e conjecturas, a questão é que os cadernos de fundamento e outros tipos de escrituras podem ser nocivos ao segredo do culto quando não são usados com bom senso, tanto por adeptos, quanto por outras pessoas que têm acesso a este veículo de informação. Não obstante, é preciso bom senso, também, para admitir a eficácia dessa ferramenta quando os cadernos são utilizados de forma correta por seus criadores. Enfim, o que parece ser inofensivo para alguns pode implicar na fragilização de aspectos estruturais de uma crença que atravessou séculos. Do mesmo modo, o que parece prejudicial para outros pode ser um recurso de inclusão e materialização do sagrado, propiciando a adesão e fidelização de seguidores comprometidos com a tradição do culto. Destarte, percebemos que os entrelaces em torno das questões do segredo e do poder no candomblé são profundos e sinuosos.

Ressalte-se que os cadernos de fundamento não são apenas usados para guardar segredos de ordem estritamente litúrgica. No campo, encontramos pessoas que cultivavam o hábito de escrever subjetividades outras em seus cadernos. Entretanto, alguns faziam diferenciações, utilizando agendas e/ou diários para tal intento. Ou seja, para alguns adeptos, o ato de escrever funciona como uma forma de fixar melhor os ensinamentos – verdadeiros gatilhos da memória –, mas também possibilita o relato de experiências que de alguma forma tenham sido marcantes. Estas escrituras podem ser classificadas, portanto, como "arquivos do eu" (ARTIÈRES, 1998) uma vez que se destacam pela intenção autobiográfica, apresentam caráter subjetivo assim como suscitam a atitude de construção de si mesmo.

A reflexão de Artières (1998) nos leva a pensar sobre alguns pontos importantes no contexto dos cadernos de fundamento enquanto arquivos: qual seria o tempo (validade) de um caderno-arquivo? Seria ele público ou privado? Já discutimos largamente aqui sobre o caráter privativo dos variados tipos de caderno de fundamento, porém, não podemos generalizar a intencionalidade dos seus escritores. É possível que alguns (ou muitos até) tenham intenções de perpetuar o seu legado através da inscrição de suas vivências. Paralelo a isso, o tempo de um caderno-arquivo vai depender das intenções dos seus/suas escritores (as) ou do percurso feito uma



vez que, como já vimos aqui, muitos cadernos são furtados ou são deixados como herança ainda em vida por seus donos.

Parece-nos pertinente também perguntar: um arquivo de terreiro estaria a serviço do passado ou do futuro? Tal proposição é difícil de mensurar, pois existem diversos fatores (internos e externos) que serão decisivos para o projeto inicial (consciente ou não) de idealização deste arquivo assim como pode variar bastante a perspectiva política-ideológica das gerações futuras. Enfim, como nos diz Marques

Há que se ter presente também a natureza discursiva desses arquivos, as peculiaridades de seus enunciados, marcadas pela confluência acima apontada de múltiplas e entrecruzadas escrituras. Entendidos os arquivos literários enquanto instâncias de produção de discursos, cabe perguntar: quem os profere? Que posições ocupa no seu circuito de transmissão? A partir de que lugares? Quais as estratégias de enunciação? Que relações tais discursos estabelecem com outros discursos, compondo uma rede interdiscursiva? A resposta a tais questões implica, metodologicamente, a consideração do agente e do espaço de enunciação, dos seus procedimentos enunciativos [...] Supõe uma leitura atenta aos vazios, desvios e rupturas próprios da constituição desses espaços/textos em que se configura a memória [...] Dessa operação de arquivamento, que supõe o espaço e o tempo como meios de inscrição, perceptíveis nos fenômenos da datação e da localização (...) Trata-se da emergência de um "lugar de memória", memória literária e cultural, como espaço a ser vivido, construído e habitado. Vivido tanto imaginária quanto sensorialmente; construído seja pelo trabalho contínuo de gerações de pesquisadores, seja por inúmeras outras operações de arquivamento; habitado quer por corpos físicos, objetos, quer por desejos e sonhos (MARQUES, 2007, p. 20-21).

A busca por arquivar o sagrado abrange, essencialmente, todas as formas utilizadas para preservar a cultura religiosa do candomblé e de seus adeptos. Neste sentido, abre-se um leque de possibilidades de percepções do universo cultural dos terreiros, tais como: políticas públicas de proteção da cultura através de tombamentos e/ou registro imaterial das casas de santo; abertura de pontos de cultura nos espaços do terreiro; construções de escolas para as comunidades que têm o candomblé como centro de promoção da cultura afro-brasileira; leis de proteção contra o preconceito, injúrias e todas as formas de intolerância religiosa; construção de bibliotecas e museus dentro dos terreiros, etc. Deste modo, percebe-se que os arquivos de terreiro possuem caráter híbrido e, a eles, agregam-se, pois, novos valores: histórico-cultural, estético, acadêmico, expositivo, político e econômico.



A procura por cadernos de fundamento de lideranças antigas e afamadas, bem como o crescimento do público visitante de museus afro – por exemplo, o Museu Afro-Brasileiro em Salvador e o Museu Afro Brasil em São Paulo –, talvez sejam pistas da grande vontade de reconhecimento do passado de ancestrais e das suas origens. Segundo Marques (2007), os arquivos costumam produzir certo fascínio, atrelado, talvez, ao deslumbramento de acesso à origem, à possibilidade de aproximação e/ou desvendamento das operações de uma intencionalidade criadora ou de enunciação de verdades abrangentes.

Nesta busca por inventariar os arquivos do sagrado, ainda encontramos espaço para outras reflexões: se no arquivo de um escritor encontraremos a memória - enfatizando que a memória se distingue da lembrança como algo construído pela intenção, pelo gesto articulado, pela seleção do que é importante guardar -, quais os critérios de seleção desse arquivamento? Quais os possíveis discursos extraídos do material descartado desses arquivos – restos, ruínas, silêncios?

Na dinâmica do candomblé é interessante refletir sobre a seleção dos elementos que comporão os arquivos do terreiro ou os arquivos do sagrado de cada arconte, que sempre refletirá sobre os arquivos do grupo. No contexto da escrita dos cadernos, sabemos que há uma filtragem do que vale a pena registrar ou não. De forma análoga, quando da construção de um museu no espaço interno do terreiro, o critério de seleção pressupõe a escolha das melhores fotografias que irão compor a árvore genealógica do terreiro, narrando, deste modo, as histórias que, geralmente, registram os maiores eventos com suas ilustres personalidades. Também poderão figurar no museu, peças e adornos variados, vestimentas litúrgicas e sociais dos fundadores do terreiro ou dos seus principais líderes. Porém, é de extrema relevância interrogar o substrato do montante rejeitado, pois, certamente, há uma voz que se almejou calar; e, se assim o for, o que poderia nos dizer este arquivo anarquista ou "anarquivista"?

Na contemporaneidade, o valor dado à oralidade continua preservado, porém o povo de santo, inserido no processo de globalização em que a informação e o conhecimento alcançaram picos de potencialidade com a tecnologia da informática, com os múltiplos meios de comunicação de massa e com as recentes redes sociais de interação interpessoais à distância, adotou outras formas de arquivamento de si. A propósito das redes sociais de comunicação, vale ressaltar o caráter



de arquivo (virtual) que têm exercido, possibilitando o armazenamento e a transmissão de conhecimentos para os milhares de adeptos e simpatizantes do candomblé, instrumentalizando o combate ao preconceito e à intolerância que ainda existe no Brasil. Neste sentido, existe hoje uma forte rede virtual de terreiros de candomblé que reúne grandes líderes espirituais, incluindo africanos. Tal rede permite um aprofundamento dos saberes sagrados (já existem os "cadernos digitais de fundamento") e a busca do "resgate" de uma suposta tradição que teria sido "perdida" ao longo dos anos.

Destarte, percebe-se que as sociedades ocidentais agregaram valor histórico a tudo que pode ser escrito e posteriormente arquivado. Sem nada documentado, como conhecer e comprovar os relatos do cotidiano indispensáveis à manutenção da memória? Sem tais registros, como tratar e acompanhar corretamente essa complexa tradição religiosa em um tempo e espaço em que o saber afro-diaspórico dialoga e inevitavelmente esteve afeito a demandas e intervenções da realidade nacional colonial e pós-colonial? Os registros escritos permitem classificação por grau de importância, origem e função, entre outros critérios, viabilizando a manutenção e reconhecimento da identidade do candomblé. Os arquivos têm a função de recordação, de oferecer lições do passado para preparar o futuro e, sobretudo, a de oferecer a garantia da existência do sagrado no cotidiano. Existência que traz, em seu bojo, conflitos e acordos, dissidências e confluências.

Ora, a introdução dos registros escritos no universo candomblecista não se exaure com o surgimento dos cadernos de fundamento e nos consequentes conflitos entre as lideranças mais antigas dos terreiros, que rejeitam a escrita porque criados na tradição quase exclusivamente oral. A escrita se sedimenta e se consolida nos candomblés, sem afastamento da oralidade, também através da relação conveniente e não pacificada entre o universo científico e/ou acadêmico e o universo candomblecista. A ligação entre pesquisadores e os terreiros tem início na última década do século XIX, 1896, com a publicação de "O animismo fetichista dos negros bahianos", do médico legista Raimundo Nina Rodrigues (ver CASTILLO, 2010, p. 103). Não obstante, até os nossos dias, essa relação longeva gera estranhamentos e animosidades entre tais protagonistas. Quais os reais motivos desses conflitos? Quais forças estariam envolvidas? Em quê elas acordam?



Não pretendemos, aqui, responder substantivamente a essas indagações e tampouco esgotar sua problemática. Intentamos, tão somente, ampliar as discussões e sugerir desdobramentos das pesquisas e argumentos até então elaborados. Até porque, na contramão deste processo, o candomblé estruturou as suas bases, seus modelos litúrgicos e ideológicos, suas estratégias de relacionamento interno e externo tomando a oralidade como fundamento. Neste sentido, Castillo (2010) defende que está por trás desses conflitos uma perspectiva teórica baseada numa série de oposições conceituais que contrapõem o primitivo ao moderno, a África ao Ocidente, a oralidade à escrita:

Na década de 1970, na esteira da descolonização dos países africanos, a oralidade, em particular, foi abraçada pela antropologia como uma marca identitária de africanidade, enquanto a escrita, em contraste, era interpretada como uma imposição colonial. De acordo com Jacques Derrida (1976), os pressupostos antropológicos sobre a oralidade e a escrita seguem um tropo que percorre o pensamento ocidental desde os tempos de Platão, que argumentava que a palavra pronunciada era carregada de uma vitalidade completamente ausente na escrita. No trabalho de Juana Elbein – talvez a mais zelosa de todos, na reificação da oralidade – a influência dessa lógica é nítida. Ressaltando o papel da oralidade na preservação da cultura afro-brasileira, Elbein (1984) defende que o uso da escrita vai, fundamentalmente, na contramão dos valores epistemológicos do candomblé. Nessa perspectiva – que tem repercutido bastante nos estudos sobre as religiões afro-brasileiras –, a ênfase na oralidade como meio exclusivo da transmissão do saber religioso também rejeita, implicitamente outros registros, como fotografias, gravações de som e filmes (CASTILLO, 2010, p. 49-50).

No âmbito dos terreiros, irrevogavelmente, as pesquisas etnográficas estabeleceram rupturas com o modelo tradicional (oralidade) dos cultos afro, inserindo a escrita de forma contundente através de livros, apostilas ou apontamentos de cadernos etnográficos que têm transportado os portões dos terreiros e se reportado à sociedade mais ampla. Aliás, é importante enfatizar que o recurso etnográfico, para além da observação e da coleta de dados, incorpora ao texto escrito vivências e compreensões pessoais sob um viés analítico. Se por um lado esse recurso foi importante para certa normatização do candomblé, desconstruindo velhos preconceituosos e o estereótipo de primitivismo, animismo ou feitiçaria atribuído ao candomblé, por outro lado protagonizou — e ainda protagoniza — algumas interpretações equivocadas e superficiais. A propósito, o sacerdote Ed *ti Sango* nos disse:



Sacerdote universitário é esplendoroso! Eu não completei meu ensino superior, mas sempre me interessei muito pelos assuntos da Academia e até hoje sou convidado para falar sobre o candomblé nas universidades e escolas. Acredito que devemos estar nas universidades, ampliar nosso conhecimento científico e contribuir para seus ajustes; ocupar lugares nos palcos da pesquisa como protagonistas e não como objetos de estudo apenas. Eu digo isso porque tenho uma crítica muito grande a alguns pesquisadores / acadêmicos que adentraram a fé e quebraram segredos desnecessariamente. Em minha opinião o que Verger fez, por exemplo, foi um desserviço às comunidades com fotos de Iyawó sendo iniciada etc. Não gosto disso! Ainda hoje existem os acadêmicos cujos TCC's são relacionados ao candomblé, o que é bom para que haja algumas desmistificações e o debate se refine. O que continuo não concordando é com a folclorização, com a ideia de fazer santo por achar a cultura bonita. Para mim tem que se ter limite, e o limite é a porta do roncó e do orô do orixá. Disso pra trás, esse é o limite. Não tem que anotar, registrar, filmar nada disso. Isso é o sagrado para o coração daqueles que abdicam suas vidas, dos que ouvem os chamados dos òrisà, dos que se entregam para eles. Ônus e Bônus!

Há uma visão crítica contundente sobre o caráter "aproveitador" de muitos pesquisadores acadêmicos que, segundo os sujeitos da nossa pesquisa, se aproveitam da boa vontade do pai ou mãe de santo e dos filhos iniciados para obter informações e segredos ritualísticos apenas para a satisfação de ego (trabalho acadêmico inédito), não dando um retorno mínimo sobre as suas respectivas publicações. Mas também houve quem culpasse os próprios líderes por cederem entrevistas e facilitarem o acesso e a circulação dos pesquisadores no terreiro. Este último argumento serve para ilustrar os possíveis acordos entre pesquisadores e o terreiro, pois não se pode esquecer que muitos sacerdotes anunciavam ou anunciam com orgulho seus laços com a comunidade acadêmica visando, talvez, popularizar suas casas de culto com a veiculação dos seus nomes (e dos seus respectivos terreiros). Também é possível que tais sacerdotes tenham aceitado este vínculo para obter outras vantagens no concorrido - e não menos desunido - universo social do candomblé.

Ao se refletir sobre os entrelaces estabelecidos - tensões e acordos -, percebemos a existência de muitos desdobramentos. Por exemplo, os cadernos etnográficos. Muitos destes cadernos, produzidos no campo de pesquisa a partir dos cadernos de fundamento, mais tarde se tornam livros que, posteriormente, são adquiridos em livrarias pelo povo de santo, e assim o conhecimento retorna aos terreiros, muitas vezes influenciando diretamente os seus líderes,



principalmente os mais novos e/ou os que, por alguma razão, tiveram formação teológica e/ou litúrgica insuficientes.

Neste contexto, poderíamos dizer que os cadernos e estudos etnográficos são também — e mais sofisticados — cadernos de fundamento? Claro que há algumas semelhanças entre eles, mas estruturalmente os aportes são diferentes: as etnografias antropológicas abarcam em si vivências em paralelo com os conhecimentos sistematizados para formular um discurso científico. Segundo Silva (1995), a vocação das etnografias não é ser usada como um manual do candomblé, à semelhança da bíblia dos cristãos, porque são produzidas como uma reflexão crítica sobre um discurso religioso. Contudo, a proximidade e fidelidade com que algumas etnografias atestam as práticas religiosas estudadas tem favorecido a quase sacralização das mesmas e, desta forma, seduzem muitos leitores e religiosos, assim como se tornam fontes complementares importantes do conhecimento para os líderes candomblecistas e seus filhos de santo.

Essa nova realidade dos registros escritos retiraria a importância da oralidade nos candomblés? Também é adequado afirmar que o interesse e a busca desses livros pelos candomblecistas se dão também pela atribuição de verdade e competência de discurso (CHAUI, 2007) a esses escritos. Por exemplo, as informações que Mãe Aninha⁸ ofereceu aos pesquisadores e foram publicadas se tornaram mais respeitadas e acatadas porque também apareciam respaldadas pelo poder e prestígio dos autores e do espaço institucional de onde eram enunciadas. Diferentemente de Joãozinho da Goméia⁹ que ganhou notoriedade e prestígio pelo efeito contrário que muitas vezes promovem as campanhas difamatórias e a extravagância atribuída a personalidades fortes e emblemáticas como foi o caso deste pai de santo. Ou seja, o texto e a linguagem etnográfica exigem dos leitores uma atitude analítica e interpretativa, pois transita entre o cientificismo, o político e a religiosidade (SILVA, 1995).

⁸ Eugênia Ana dos Santos, Mãe Aninha ou Obá Biyi (1869-1938), foi fundadora de um importante terreiro de candomblé Ketu brasileiro, o Ilê Axé Opô Afonjá. Ainda viva era muito respeitada entre seus contemporâneos e estudiosos do candomblé Ketu.

⁹ João Alves de Torres Filho (1914-1971), conhecido como Joãozinho da Goméia, foi um famoso pai de santo baiano, negro, assumidamente homossexual oriundo do candomblé Angola embora tenha tido formação religiosa também no candomblé Ketu. Destacou-se pela quebra de regras do candomblé Ketu tradicional, pela sua destreza em chamar atenção para si mesmo, se adequar a aspectos da vida moderna como o mercado e a indústria cultural e pela habilidade única de espetacularizar a religião do candomblé.



Outro fenômeno também ligado à escrita no candomblé ocorreu paralelamente à produção de etnografias religiosas afro-brasileiras: alguns líderes religiosos passaram a escrever suas memórias para um público que não era e não é necessariamente acadêmico. Esses autores ganharam prestígio pela legitimidade com que conseguiram sistematizar, por escrito, os seus saberes, tornando-se fontes citadas por diversas etnografias. Essa literatura religiosa se aproxima muito dos textos etnográficos, pois se escreve sobre as histórias dos fundadores das casas de culto, o conjunto do panteão cultuado, a hierarquia dos cargos religiosos, algumas rezas e cânticos. Alguns desses trabalhos não tomam, necessariamente, o modelo científico por base. São escritas mais livres, que procuram orientar o público para questões como o jogo de búzios ou como fazer ebós 10.

Considerações finais

Perguntamos antes se a nova realidade dos registros escritos retiraria a importância da oralidade no candomblé. Essa dicotomia oralidade x escrita é secular e recorrente na linguagem tradicional do candomblé, mas também, em certa medida, na linguagem das outras religiões brasileiras surgidas a partir do candomblé, como a umbanda. A diáspora africana evidenciou a importância da identidade cultural para os povos afro-brasileiros. Desde então, um novo mapa social foi impositivamente apresentado, fazendo-se necessário encontrar um método de preservação e transmissão dos saberes sagrados. Para implementar o antigo retrato religioso em nova realidade social distante da terra mãe e manter as tradições africanas, foi preciso se reajustar. Os segredos transmitidos oralmente se perenizaram, porém para sobreviver às intempéries políticas, sociais, raciais e econômicas às quais estiveram e continuam submetidos, tiveram que se curvar às lacunas de sentido e da cadeia de transmissão da informação suscitadas em contexto colonial escravocrata e pós-colonial persecutório e excludente. Não detentores, a priori, da escrita regular, como instrumento de registro, as antigas lideranças guardavam na mente todo o material simbólico necessário para a sobrevivência de práticas religiosas seculares. Somente depois de encerrada a

_

¹⁰ Ebó é normalmente o termo atribuído pelo povo de santo para se referir a oferendas sagradas que têm o objetivo de intervir na vida de um(a) filho(a) de santo ou consulente que recorre a um pai ou mãe de santo em busca desta intervenção. Os ebós, depois de prontos e cuidadosamente arrumados, são despachados na rua.



escravidão, voltando ao contato social como sujeitos de direito livres, puderam expandir as possibilidades de permanência e produção de memória.

Por fim, diríamos ainda que no universo do candomblé a tradição oral e escrita passaram a dialogar, embora a escrita represente uma ruptura com a f

orma mediante a qual os conhecimentos sagrados têm sido transmitidos. Como se viu, o instrumento da escrita tem sido, pouco a pouco, adicionado no interior dos terreiros como uma importante ferramenta de registro histórico e da sabedoria milenar ancestral. Embora haja alterações na estrutura interna do candomblé, muitas vezes, se gera mais segurança na salvaguarda do conhecimento e informações importantes. Além disso, apesar dos pesares, o caderno de fundamento se configurou como um marco para a preservação da memória do segredo e do sagrado desde um olhar interno do candomblé. Deste modo, o controle da informação deixou de ser exclusivo aos sacerdotes ou aos acadêmicos que tomaram o candomblé como objeto de estudo.

As relações de poder que se estabelecem nos terreiros ainda são orientadas por princípios estruturais que as sociedades exclusivamente orais tinham nas primevas tradições. A palavra, além de um instrumento de manutenção da força vital de todo complexo religioso, é também um poder conferido ao longo da graduação espiritual dos adeptos. Desta maneira se perpetua o segredo, se garante a sustentabilidade do sagrado nas presentes e atuais possibilidades em que se instrumentaliza a oralidade mas também a escrita. A sinergia do candomblé, portanto, se perfaz no duplo lugar, entre a exposição positiva e literária da ancestralidade e as formas internas e faladas das confidências e mistérios.

Em suma, o advento progressivo da linguagem escrita não retirou do candomblé a importância da oralidade. Apenas redefiniu os campos de incidência de antigos modos de transmissão de informações, reservando à oralidade o campo ritualístico secreto e sagrado da produção da força e da circulação de energia sagrada. Este processo se desencadeia com a magia própria das palavras ditas e ouvidas no reservado e sacrossanto recinto dos terreiros. Por outro lado, à linguagem escrita tem se reservado o espaço literário dos mitos, da história dos cultos e dos terreiros, assim como da trajetória quase sempre heroica de sacerdotes e sacerdotisas veneráveis.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In Estudos Históricos: Arquivos Pessoais, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

BÂ, Hampaté A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. História Geral da África. I; metodologia e préhistória da África. São Paulo: UNESCO, 1982.

CASTILLO, Lisa Earl. Entre a oralidade e a escrita: a etnografia nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2010.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas, 12 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

LIMA, Vivaldo da Costa. "Nações-de-Candomblé", Encontro de nações-de-candomblé. Salvador: Ianamá/Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA/Centro Editorial e Didático da UFBA, 1984, p.65-90.

_____. A família-de-santo dos candomblés jeje-nagôs da Bahia: um estudo de relações intragrupais. 2. ed. Salvador: Corrupio, 2003.

LUHNING, Ângela. Acabe com este Santo, Pedrito vem aí: mito e realidade da perseguição ao candomblé baiano entre 1920 e 1942. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, p. 195-220, dez./jan./fev., 1995/1996. Trimestral. Dossiê povo negro: 300 anos.

MARQUES, Reinaldo. O arquivo literário como figura epistemológica. Matraga, Rio de Janeiro, v.14, n.21, p.13-23, jul./dez. 2007.

MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996.

PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos Orixás. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PROUST, Marcel. No caminho de Swann. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

RODRIGUES, Nina. O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos. Rio de Janeiro: Bibliotheca de Divulgação Scientifica / Civilização Brasileira, 1935.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Os Orixás da metrópole. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. ______. O antropólogo e sua Magia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SIMÕES, Paulo Éverton Mota. Ilê Axé: considerações sobre poder e hierarquia em um terreiro de candomblé de São Francisco do Conde - BA. Cadernos do SepAdm, v. unico, p. 149-163, 2006.

VERGER, Pierre. Orixás: Deuses da África no Novo Mundo. Salvador: Corrupio, 1981.

Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX. Salvador: Corrupio, 2002.

ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção e leitura. São Paulo: Cosac Naify, 2014.